



Procedimento concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de 15 postos de trabalho não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria (ref. PC.11.2023) – Assistente Técnico | área administrativa

Inscrição do código de identificação atribuído ao candidato: (deverá conter quatro números e duas letras em maiúsculas)	
--	--

PROVA CONHECIMENTOS	
COTAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: 20 VALORES	
TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA: 01 HORA e 30 MINUTOS, COM 15 MINUTOS DE TOLERÂNCIA, COM POSSIBILIDADE DE CONSULTA DE LEGISLAÇÃO, NÃO ANOTADA E NÃO COMENTADA, DESDE QUE EFETUADA EM SUPORTE DE PAPEL.	
NÃO ESCREVA O SEU NOME, NEM PONHA A SUA RUBRICA EM PARTE ALGUMA DAS FOLHAS DA PROVA, SOB PENA DA MESMA SER ANULADA.	
IDENTIFIQUE A SUA PROVA DE CONHECIMENTOS EXCLUSIVAMENTE COM O CÓDIGO DE CANDIDATO(A) QUE LHE FOR ATRIBUÍDO.	
DATA DA PROVA: 15/02/2024	INÍCIO DA PROVA: 10h 00m

Grupo I – Questões de escolha múltipla

(Constituído por 12 questões (Q) de escolha múltipla, cotadas para 1 valor cada)

Em caso de engano, deve colocar um círculo à volta do(s) X que NÃO deva(m) ser considerado(s)

Assinala a resposta correta com um X

1. Quando um determinado trabalhador preste trabalho suplementar ao sábado (considerado para este, como dia de descanso semanal) confere-lhe o direito a receber o equivalente a:	
a) 25% de acréscimo da sua remuneração, por cada hora de trabalho efetuado.	
b) 37,5% de acréscimo da sua remuneração, por cada hora de trabalho efetuado.	
c) 50% de acréscimo da sua remuneração, por cada hora de trabalho efetuado.	X
d) 100% de acréscimo da sua remuneração, por cada hora de trabalho efetuado.	

Artigo 162.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Assinala a resposta incorreta com um X

2. O espaço principal do acolhimento, receção ou atendimento deve ter:	
a) Afixada informação sobre os locais onde são tratados os diversos assuntos.	
b) Assinalada a existência de linhas de atendimento telefónico ao público.	
c) Brochuras, jornais locais, desdobráveis, guias ou outros meios de divulgação de atividades e respetivas formalidades.	X

N.º 2 do Artigo 7.º, alíneas a), d) e e) do DL 135/99, de 22 de abril



Assinala a resposta correta com um X

3. Os órgãos representativos do Município são:	
a) A Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.	X
b) Câmara Municipal e o Presidente da Câmara Municipal.	
c) A Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara Municipal.	

N.º 2 do Artigo 5.º do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Assinala a resposta correta com um X

4. Do princípio da especialidade decorre que os órgãos das autarquias locais:	
a) Só podem deliberar sobre os assuntos desde que sejam relacionados com a área geográfica da autarquia.	
b) Só podem deliberar sobre todos os assuntos desde que se insiram nas suas atribuições e sejam da competência do órgão que delibera.	X
c) Só podem deliberar sobre qualquer assunto desde que constem da ordem de trabalhos das respetivas reuniões.	

Artigo 45º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

Assinala a resposta correta com um X

5. No Balcão de Único de Atendimento de um município, foi exibida uma escritura pública para comprovar um facto em concreto. Depois de comprovado tal facto, o documento foi:	
a) Restituído ao interessado.	X
b) Extraída fotocópia do documento e junto ao processo.	
c) Inutilizado por se ter tornado desnecessário ao procedimento administrativo em curso.	

N.º1 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril

Assinala a resposta correta com um X

6. Uma oferta de valor de 197€ (cento e noventa e sete euros) recebida por um trabalhador no âmbito das suas funções deve:	
a) Ser comunicada, para efeitos de registo, e entregue ao Presidente da Câmara Municipal no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a sua receção.	
b) Obrigatoriamente ser comunicada, para efeitos de registo, e entregue ao superior hierárquico no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis após a sua receção ou logo que se mostre possível tal entrega.	
c) Obrigatoriamente ser comunicada, para efeitos de registo, e entregue à Unidade Orgânica responsável pela gestão do Património Municipal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a sua receção, ou logo que se mostre possível tal entrega.	X

N.º1 do Artigo 23.º-A do Código de Conduta do Município de Leiria



Assinala a resposta correta com um X

7. Um requerimento foi apresentado a uma entidade que não era competente para a sua decisão. Perante o sucedido, o documento:	
a) É devolvido ao particular que o apresentou.	
b) É enviado oficiosamente ao órgão titular da competência, disso se notificando o particular.	X
c) É analisado e decidido pelo presidente da câmara municipal.	

N.º 1 do Artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro

Assinala a resposta incorreta com um X

8. Nos termos do Código do Procedimento Administrativo, à contagem dos prazos são aplicáveis as seguintes regras:	
a) Na contagem dos prazos legalmente fixados em mais de seis meses, incluem-se os sábados, domingos e feriados.	
b) Não se inclui na contagem o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr.	
c) O prazo fixado não se suspende nos sábados, domingos e feriados.	X

Alíneas b), c) e d) do Artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro

Assinala a resposta correta com um X

9. As representações de natureza organizativa do Município de Leiria dependem diretamente:	
a) Da Câmara Municipal de Leiria.	
b) Do Presidente da Câmara Municipal de Leiria.	X
c) Do(a) Vereador(a) responsável pelo pelouro.	

N.ºs 1 a 4 do Título II, do Despacho n.º 12854-C/2021, de 30 de dezembro de 2021, que aprovou a estrutura orgânica dos serviços do Município de Leiria

Assinala a resposta incorreta com um X

10. O valor do subsídio de Natal é proporcional ao tempo de serviço prestado no ano civil:	
a) No ano seguinte ao da admissão do trabalhador.	X
b) No ano da cessação do contrato.	
c) Em caso de suspensão do contrato, salvo se por doença do trabalhador.	

N.º 2 do Artigo 151.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.



Assinala a resposta correta com um X

11. A competência para a avaliação de um trabalhador durante o período experimental é:	
a) Do Presidente da Câmara Municipal.	
b) Do júri do respetivo procedimento de recrutamento.	
c) De um júri especialmente constituído para o efeito.	X

N.º 1 do Artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Assinala a resposta correta com um X

12. Por motivo de urgência e caso a câmara municipal não possa reunir extraordinariamente, o presidente da câmara municipal pode praticar atos administrativos da competência desta, ficando os mesmos:	
a) Sujeitos a retificação na primeira reunião realizada pela câmara municipal, após a sua prática, sob pena de nulidade.	
b) Sujeitos a retificação na primeira reunião realizada pela câmara municipal, após a sua prática, sob pena de anulabilidade.	
c) Sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada pela câmara municipal, após a sua prática, sob pena de anulabilidade.	X

N.º 3 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

Grupo II

Questão de Resposta Direta

Cotada para 02 valores – (Conteúdo: 1,50 valores / Expressão Escrita: 0,25 valores / Acentuação/Ortografia: 0,25 valores)

13 -O mapa de pessoal de cada autarquia constitui um instrumento fundamental para a gestão das atribuições e competências que lhe estão cometidas. Indique quais os elementos que devem constar do mapa de pessoal, bem como o órgão competente para a sua aprovação, atento o regime legal.

Resposta:

- O mapa de pessoal, em conformidade com o n.º 2 do art.º 29.º da LTFP, deve conter a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

- Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;
- Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;
- Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

- Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais, cfr. alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Conteúdo:

- Identificação/menção das normas legais – 0,50 valores;

